

ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS RELIGIOSIDADES DE MATRIZ AFRICANA NUMA PERSPECTIVA DA PRÁXIS EDUCACIONAL

Milena Cordeiro Barbosa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
milenacord.barbosa@gmail.com

Nivaldo Vieira de Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
nivaldonvs@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar a percepção social de religiosidades de matriz africana a partir de estudantes de nível médio de Vitória da Conquista/BA em comparação com religiões cristãs. A escolha do ambiente escolar como local de pesquisa se deu afim de observar a aplicabilidade da Lei nº 11.645 de 2008 na formação sociocultural dos estudantes. Utilizou-se como método a aplicação de teste projetivo, Teste de Associação Livre de Palavras (TALP). Além disso, foi feita observação direta e coleta de dados de funcionários da escola. Observou-se que os alunos, sujeitos da pesquisa, possuem conhecimento sobre as religiosidades estudadas o que tornou viável a análise do teste. A aplicação do TALP trouxe à tona a utilização de termos pejorativos referindo-se às expressões religiosas de matriz africana, bem como se suas práticas. O mesmo não foi observado nas religiões cristãs. Não foi possível o acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola. Concluiu-se que a passagem pelo sistema educacional não é suficiente para ocorrer uma mudança na percepção social de estudantes com relação às religiões de matriz africana, visto que as representações sociais são construídas nas relações sociais apoiadas num tempo histórico e, por vezes, aceitas no contexto educacional independente das legislações.

Palavras-chave: Candomblé. Lei nº 11.645/08. Representação Social.

Introdução

Desde o início da colonização brasileira, as práticas ritualísticas dos trabalhadores africanos foram demonizadas pelos jesuítas, sendo julgadas, segundo Santos (2015), como feitiçaria e/ou bruxaria. Neste período, a demonização das crenças africanas servia aos interesses políticos, econômicos e religiosos portugueses. De acordo com Santos (2015) a cultura africana foi descredibilizada para justificar o trabalho escravo e a imposição religiosa, além de ser uma das

estratégias de desarticulação do povo. Diante disso, as religiões de matriz africana foram proibidas no Brasil pelo governo português e historicamente vitimizadas pelos estereótipos, preconceitos e discriminações.

A repressão às práticas religiosas de origem africana possuía, no Brasil, aparo legal. Está condição de legalidade se manteve para além do Período Colonial, estima-se que durou até a década de 1930. Somente em 1934 foi revogado o Decreto Presidencial nº 1.202 que proibia os cultos afro-brasileiros. Outros êxitos legais foram alcançados, dentre eles a promulgação da Lei nº 11.645 em 2008, que determina a inclusão do tema História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena como obrigatório no currículo oficial da rede de níveis fundamental e médio, almejando o reconhecimento das matrizes culturais africanas e indígenas na formação brasileira; além da instituição do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 que prevê no artigo 2º

[...] reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. (BRASIL. Lei nº 12.288, 2010, art. 2)

Santos (2015) discute que no atual cenário social, especialmente político-cultural, a religiosidade se destaca como um elemento importante na composição da identidade. O autor argumenta que:

A religião de matriz africana é acionada como principal símbolo de ligação entre o Brasil e a África, isto é, se constitui como elemento fundamental do processo de (re) africanização proposta pelos militantes dos movimentos negros e, por conseguinte, a etnicidade estaria vinculada aos elementos de representação das religiões e do sentimento de pertença que possibilitam a construção da identidade negra ou afrodescendente/afro-brasileira. (SANTOS, 2015, p.4)

Acerca desse processo de conquistas, Silva (2011) argumenta que o fortalecimento do movimento negro em defesa da igualdade étnica tem provocado mudanças na compreensão da relação entre etnicidade, política identitária e religião. Porém mesmo com as mudanças na Legislação, percebe-se contínuo preconceito e discriminação em relação às religiões de origem Africana. Acerca disso, Santana (2008) destaca a relevância das relações sociais influenciando as formas institucionais de transmissão de valores culturais e morais, ele afirma que “as perspectivas

de convivência social podem reafirmar processos discriminativos e preconceituosos” (SANTANA, 2008, p. 21).

Dados do Disque Direitos Humanos, Disque 100, de 2011 a 2014 apontaram que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância religiosa no Brasil. Este preconceito se manifesta em depredação de casas e agressões a adeptos. Foram registradas 543 denúncias referentes à discriminação religiosa. Em 216 casos noticiados, soube-se a religião da vítima, desses 35% eram adeptos ao candomblé e umbanda, 27% eram evangélicos, 12% espíritas, 10% católicos, 4% ateus, 3% judaicos, 2% islâmicos e 7% outras. Os dados acima nos permitem inferir que o imaginário social construído acerca das práticas religiosas de matriz africana permanece vinculado à visão estereotipada tal qual se pretendeu no período Colonial. Corroborando com esta afirmação, Santana (2008) discute que a maneira de conduzir as políticas públicas e práticas sociais com práticas clientelistas, distancia os sujeitos do processo de reconhecimento nos direitos conquistados legalmente. Se por um lado, há um processo de reconciliação social, por outro o imaginário social de discriminação se mantém o mesmo.

Diante disso, o estudo teve como objetivo identificar como se estabelece o imaginário social construído acerca das práticas religiosas de matriz africana de estudantes do último ano do ensino médio matriculados em uma escola da rede pública do município de Vitória da Conquista – BA. Desse modo, as discussões e reflexões apresentadas nesse artigo tem como referencia os estudos realizados em 2016 que teve como propósito responder a seguintes questões: a promulgação da Lei n.º 11.645 de 2008 representou mudanças no imaginário social de estudantes de nível médio acerca das expressões culturais de matriz africana? Quais foram às mudanças? Como está organizado o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Anísio Teixeira em função da Lei n.º 11.645/08? Trata-se, portanto, de um estudo de cunho qualitativo que se utilizará da Teoria das Representações Sociais como embasamento teórico e, como instrumento de análise, o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP).

Metodologia

Este estudo foi iniciado com revisão bibliográfica, tornando-se evidente que a Teoria das Representações Sociais melhor responderia à problemática do estudo, pois esta teoria pretende compreender e explicar a realidade através da interação do indivíduo com a sociedade, de que forma a percepção de realidade do sujeito é influenciada e influencia os setores da sociedade. De modo a se alcançar esta percepção social, utilizou-se o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP)¹. Os sujeitos da pesquisa foram 25 estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Anísio Teixeira localizada em Vitória da Conquista – BA no ano de 2016.

Thomas Merten (1992) orienta que o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) seja feito na seguinte sequência: associação discreta livre, associação discreta restrita, associação contínua livre e associação contínua restrita.

Segue abaixo um detalhamento do procedimento realizado na aplicação do teste:

- a) Identificação da pesquisadora e do estudo intencionado. Solicitação da colaboração da turma, ressaltando o sigilo da identificação dos sujeitos e a não obrigatoriedade em participar.
- b) Entrega de folhas de papel aos estudantes e, em seguida, dadas as instruções gerais de como deveriam responder².
- c) Foi orientado aos estudantes que escrevessem, além da palavra-estímulo outra que acreditassem que estivesse associada à palavra e eles acreditassem que os outros participantes também escolheriam. As palavras-estímulo utilizadas foram: Padre, Pastor, Mãe de santo. As palavras foram ditas com intervalo de aproximadamente 45 segundos uma da outra.
- d) O comando foi de que escrevessem, além da palavra-estímulo, outra que estivesse associada à primeira e eles acreditassem que nenhuma outra pessoa escolheria. As

¹ Segundo Nóbrega e Coutinho (2003), apud Tavares et al (2014), este teste projetivo foi proposto por Carl Gustav Jung, no início da década de XX, afim de realizar pesquisa numa perspectiva clínica.

² Os participantes deveriam escrever na folha a palavra-estímulo e, na frente desta, outra ou outras, de acordo o comando dado na etapa.

palavras-estímulo utilizadas foram: Padre, Pastor, Mãe de santo. Entre uma palavra e outro foi dado um intervalo de cerca de 45 segundos.

- e) Para finalizar, foi solicitado que os sujeitos escrevessem num tempo de 1 minuto, para cada palavra-estímulo, o máximo de palavras que acreditassem ter relação com a estímulo. As palavras-estímulo nessa etapa foram: Terreiro, Igreja e Templo.

Devido ao tempo disponibilizado pela escola para aplicação, 15 minutos, não foi possível realizar a última etapa do teste, porém não representou grandes perdas para o estudo. Pois as respostas obtidas nas fases anteriores forneceram dados suficientes para que, ao serem analisadas em conjunto, contemplassem o objetivo proposto na aplicação, qual seja desvelar a subjetividade construída pelos estudantes acerca de religiosidades de matriz africana e cristãs.

Resultados e discussões

Foi observado que os sujeitos foram solícitos na realização do teste, apenas dois se recusaram a contribuir com a pesquisa. Durante a aplicação do teste, nas duas primeiras etapas, observou-se que os estudantes demoraram um tempo maior para escrever uma palavra associada à palavra Mãe de santo do que para as palavras Padre e Pastor.

As etapas descritas evidenciam três tipos de associações: associação discreta livre, associação discreta restrita e associação contínua livre. Há múltiplas possibilidades de análise do TALP, esta pesquisa se deteve em investigar a comunalidade das respostas dos sujeitos, ou seja, foram consideradas as respostas particulares dadas por mais de um sujeito e em seguida calculou-se quantas vezes essa resposta apareceu na amostra.

Acerca da associação discreta livre, a amostra analisada constou com 23 respostas. Para a palavra Pastor, observou-se que Igreja foi a palavra mais comumente associada, seguida pela palavra Ovelha. Para a palavra Padre, as palavras mais frequentemente associadas foram Missa, Católico e Pregador. Para a palavra-estímulo Mãe de santo, as respostas Macumba/Macumbeira foram dadas com maior frequência, seguida pela palavra Candomblé.

Na etapa de associação discreta restrita, a amostra para a palavra Pastor foi de 21 respostas e a palavra que mais associada a essa foi Cadeira. Para as outras duas palavras-estímulo, Padre e

Mãe de Santo, a amostra foi de 23 respostas. Para Padre, Virgem foi a palavra dada em maior frequência. Para Mãe de santo, as palavras mais comumente associadas foram Macumba/Macumbeira e Galinha/Galinha Preta.

Por fim, na associação contínua livre, a amostra foi de 65 respostas para a palavra-estímulo Terreiro, 98 respostas para Igreja e 50 respostas para Templo. As palavras mais comumente associadas à palavra Terreiro foram Galinha/Galinha Preta e Quintal. Para Igreja, as palavras mais associadas foram Oração, Pastor, Padre e Fiéis. Para a palavra Templo, foram associadas com maior frequência as palavras Adoração e Oração.

Segue abaixo um quadro com os resultados obtidos na aplicação do TALP contendo a relação entre as etapas de aplicação do teste, as palavras-estímulo e as mais comumente associadas apresentando o percentual de recorrência:

Quadro 1: Palavras mais comumente associadas nas etapas de associação discreta livre, associação discreta restrita e associação contínua livre.

Associação discreta livre		
Palavras-estímulo	Palavras mais associadas	Freq. Rel. Percent.
Pastor	Igreja	34,80%
	Ovelha	17,40%
Padre	Missa	30,40%
	Católico	13,00%
Mãe de santo	Macumba/macumbeira	34,80%
	Candomblé	21,70%
Associação discreta restrita		
Palavras-estímulo	Palavras mais associadas	Freq. Rel. Percent.
Pastor	Cadeira	9,50%
Padre	Virgem	8,70%
Mãe de santo	Macumba/Macumbeira	13,00%
	Galinha/Galinha preta	8,70%
Associação contínua livre		
Palavras-estímulo	Palavras mais associadas	Freq. Rel. Percent.
Terreiro	Galinha/Galinha preta	10,80%
	Quintal	9,20%
Igreja	Oração	10,20%
	Pastor	4,00%

	Padre	4,00%
	Fiéis	4,00%
Templo	Adoração	8,00%
	Oração	6,00%

Fonte: Elaboração dos autores.

A incidência das palavras

De acordo com a análise, as palavras com maior incidência, que remetiam às religiões de matriz africana, foram as associações Macumba/Macumbeira, Candomblé, Galinha/Galinha Preta e Quintal. Faz-se necessário então discutir a utilização desses termos segundo uma perspectiva histórica. Sobre as palavras Macumba e Macumbeira, Oliveira (2007) discute que o termo macumba tem origem no vocábulo angolense *mcumba* usado para designar a reunião de pessoas que dança do jongo, sendo que essa dança estava ligada ao culto ao sagrado. Desse modo, o momento em que os africanos escravizados se expressavam através das danças ficou conhecido como macumba. Posteriormente, as diversas religiões de matriz africana foram rotuladas como macumbas, porém o significado social do termo se alterou. Atualmente é possível observar de maneira empírica que o uso corrente do termo macumba se dá para desqualificar uma prática, sendo esta de oferenda ou agradecimento às entidades religiosas.

Essa percepção de caráter pejorativo veio à tona na pesquisa também, com o aparecimento de palavras como Doida e Louca associadas à Mãe de santo; Inferno, Demônios e Maldade associadas à Terreiro; e Galinha Preta associada à Mãe de santo e Terreiro. Acerca da concepção de loucura ao longo da história, Foucault (1972) discute que sem uma causa e origem específica o louco já possuía na Idade Média uma existência considerada errante, sendo que essa ideia se expressava em práticas de exílio social. A partir do século XVII, a loucura assume um lugar bastante propositivo no discurso médico psiquiátrico. Em detrimento do pensamento racional, valorizado nesse período, o louco é visto como sem razão. Ao apropriar-se da terminologia, assume-se também o controle pela vida do outro, este não dotado de juízo. Desse modo, justificam-se atos de segregação. Segundo o autor, a loucura passa a ocupar o lugar moral da exclusão.

Ainda de acordo com Foucault (1972), ao estudar a loucura percebe-se a história de um processo de banimento que se legitima através de um conceito, louco, e de um saber que assujeita. Nesse sentido, compreende-se também as associações Inferno e Demônio. Estes são conceitos do cristianismo, ou seja, não fazem sentido para os adeptos das religiões de matriz africana. Sendo assim, o juízo de valor atribuído se dá pelas vias do olhar do outro, nesse caso, do outro colonizador.

A realidade social de preconceitos e discriminações em relação às religiões de matriz africana se construíram socialmente. Santana (2008) aponta que a ideiação precede a ação, porém ambas se apresentam juntas configurando-se como práxis no contexto das relações. Moscovici (2007) ao apresentar a Teoria das Representações Sociais³, ressalta que as representações são coletivas e anteriores aos sujeitos, sendo por eles reproduzidas muitas vezes de forma inconsciente por não serem repensadas. Sendo assim, como resultado das interações, as representações são comuns a um grupo social sendo por este reproduzida em determinado tempo e espaço, ou seja, em determinado contexto.

Segundo Moscovici (2007), as representações cumprem duas funções. A primeira delas diz respeito à categorização de objetos, pessoas ou acontecimentos, de modo a ser um modelo compartilhado com um grupo de pessoas, e explica que independente da pessoa se adequar ao modelo, ela tende a adotar uma forma para pertencer a uma determinada categoria, na realidade, e se tornar idêntico aos outros, “sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado” (MOSCOVICI, 2007, p. 34).

Ainda de acordo com o autor, a segunda função das representações se expressa na imposição que exerce sobre o sujeito, sendo uma força estruturada anteriormente ao sujeito e que dita o que deve ser pensado. Por esses fatores, as representações são prescritivas. Dessa forma, elas não são criadas ou pensadas pelos sujeitos que estão expostos a elas, resta apenas a possibilidade de repensar, recitar e rerepresentar.

³ O principal expoente, se tratando do estudo do fenômeno das representações sociais, é Serge Moscovici. A primeira utilização do conceito aparece em 1961, na França, com a publicação de um estudo pioneiro no qual Moscovici introduziu o conceito de representação social. De acordo com Gerard Duveen (2007), o termo embasou a discussão feita por Moscovici de como a Psicanálise penetrou o pensamento popular na França. Desde então, o conceito sofreu alterações até se chegar a configuração atual.

Ao tentarmos identificar mudanças no imaginário social de estudantes de nível médio acerca das expressões culturais de matriz africana, tomando como referência a Lei nº 11.645 promulgada em Março de 2008, é necessário destacar que a lei altera as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, durante o desenvolvimento da educação básica, e obriga que todas as instituições de ensino apresentem conteúdo programático que trate do processo histórico e aspectos culturais de negros e indígena no Brasil.

O Estado tem a intenção de trazer à tona a luta e a influencia dos negros e dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, mas é necessário destacar que a sociedade brasileira é constituída através da imposição da cultura europeia com prescrição do pensamento religioso português, sem espaço para o pluralismo cultural e pluralismo religioso. Darcy Ribeiro (1995) explica que há uma falsa ideia de igualdade na sociedade brasileira, porém não se pode desconsiderar as contradições que acompanharam a formação do povo, dentre elas o fato de que não temos depoimentos de índios e negros em relação a sua luta e historicidade, só temos o testemunho das proezas dos invasores, mesmo porque raramente os dominadores permitiam a fala. Desse modo, o autor discute que pouco se pôde preservar das culturas de origem. Ele destaca que a herança cultural africana sobreviveu em grande medida no plano ideológico através das crenças religiosas e práticas mágicas.

Apesar de Santos (2015) destacar que no atual cenário social a religiosidade se apresenta como um elemento importante na composição da identidade pessoal dos indivíduos, temos dúvidas quanto as possibilidades das religiões de matriz africana se estabelecerem como principal símbolo de ligação entre o Brasil e a África, e influir no processo de (re) africanização proposta pelos militantes dos movimentos negros, pois os resultados obtidos através do TALP demonstram que as representações sociais, são reproduzidas do mesmo modo que se constituíram historicamente. Sendo assim, a lei a LEI Nº 11.645 não representou mudanças no imaginário social dos estudantes de nível médio acerca das expressões culturais de matriz africana.

No que se refere ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e as relações para aplicação da Lei nº 11.645/08, ficou constatado que a Escola Estadual Anísio Teixeira ainda não tem um PPP concluído, a coordenação da escola alega que devido à grande demanda de projetos do Estado a

serem desenvolvidos pela escola, não há carga horária disponível para os profissionais se reunirem em função da construção do Projeto Político Pedagógico da escola contudo houve alteração na ementa das disciplinas de Educação Artística, Literatura e História como prevê a referida lei a LEI Nº 11.645.

A opção em verificar a relação da lei com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola se deve ao fato de que conceitualmente como previsto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o PPP é o instrumento de referência para o desenvolvimento de todas as atividades educacionais, administrativas e pedagógicas da unidade escolar, como tal, deve ser elaborado coletivamente por todas as pessoas envolvidas diretamente e indiretamente com o processo, levando em consideração que a Lei nº 11.645/08 foi promulgada em 2008 e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A pressuposição inicial foi de que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Anísio Teixeira teria sido modificado para atender o art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 desde 2008.

Conclusões

Tomando como base os resultados do TALP, é possível inferir que os sujeitos desta pesquisa têm conhecimento religioso que tornou possível a associação das palavras-estímulo às práticas religiosas correspondentes, nesse sentido as representações apresentadas ordenam uma espécie de norma sobre a forma de perceber e compreender as religiões de origem africanas.

Os resultados deste estudo nos permitem concluir que a lei não é suficiente para estabelecer interlocução com a escola e extinguir os preconceitos e discriminações em relação ao pensamento religioso de matriz africana. A partir da teoria desenvolvida por Moscovici, conclui-se que o compartilhamento de conhecimento a respeito de um determinado pensamento religioso pode-se constituir em prática social e se expressar como representações aceitáveis no contexto educacional independente das legislações.

O pensamento sociocultural em relação às religiões de matriz africana se distancia do pensamento em relação às demais religiosidades, visto que não foram verificadas associações com termos pejorativos para palavras-estímulo referente às religiões cristãs. Concluímos que a passagem pelo sistema educacional não é suficiente para promover uma mudança na percepção social dos estudantes da escola estadual pesquisada com relação às religiões de matriz africana, visto que ainda são pensadas a partir de rótulos.

Por fim, este estudo se mostrou relevante, pois se propôs a investigar o imaginário social construído acerca das religiosidades de matriz africana. Esta pesquisa aponta pistas das ideias que sustentam práticas violentas amplamente observadas contra essas expressões. As conclusões listadas nos direcionam para a necessidade de debater a temática na Academia. O presente artigo não pretende esgotar o estudo que se propôs a fazer. Há muito o que ser explorado nesta área por pesquisas futuras.

Referências

Assessoria de Comunicação Social. **SDH participa de audiência pública sobre diversidade religiosa e laicidade do estado.** Disponível em:

<<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/agosto/sdh-participa-de-audiencia-publica-sobre-diversidade-religiosa-e-laicidade-do-estado>>. Acessado em: 20 agosto de 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.202, 8 de abr. 1939. **Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 1939.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dez. 1996. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.645, 11 de mar 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.288, 20 de jul. 2010. **Institui o Estatuto de Igualdade Racial.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

DUVEEN, G. Introdução: O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 7-165.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 1972, p. 1-123.

MERTEN, T. O teste de associação de palavras na Psicologia e Psiquiatria: história, método e resultados. **Análise Psicológica**, v.4, p. 531-541, 1992.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 7-165.

OLIVEIRA, José H. M. **Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise comparativa das estratégias de legitimação da Umbanda durante o Estado Novo**. 29 mar. 2007, p. 1-165. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mar. de 2007.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTANA, N. V. de. **Políticas Públicas e práticas direcionadas a inclusão das pessoas com deficiência: retrato da realidade do Estado da Bahia, no início do século XXI**. 2008, p. 1 -165. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTOS, L. F. dos. As religiões de matriz africana para além dos cultos e rituais. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL, 4., 2015, Santo Antônio de Jesus. **Anais...** Santo Antônio de Jesus, 2015, p. 1-8.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais. Religião e Identidade Cultural Negra. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011.

TAVARES, Derek. Protocolo Verbal e Teste de Associação Livre de Palavras: perspectiva de instrumento de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. **PontedeAcesso**, Salvador, v.8, n.3, p. 64-73, dez. 2014.